

Congresso **Apoio em baixa**

Em política, assim como nos casamentos, nem sempre as partes podem revelar o que pensam, sabem ou querem, mas um mínimo de clareza de intenções e de franqueza é necessário para que a harmonia do relacionamento perdure. A falta de sinais claros começa a perturbar a relação do presidente da República com o Congresso, que até aqui jamais deixou de aprovar os projetos enviados pelo Executivo. Reina,

Incongruências na condução das reformas provocam queda de apoio ao governo

de fato, uma certa perplexidade diante de algumas incongruências demonstradas pelo governo. A mais evidente tem sido a falta de projetos que completem a obra de reforma da ordem econômica e flexibilização dos monopólios, apenas iniciada com a promulgação das emendas constitucionais. Sem a legislação infraconstitucional, essas emendas em nada alteram a situação anterior — daí a perplexidade daqueles que não conseguem encaixar a pressa inicial do governo com o vagar de agora.

Complica-se a situação com o enigma do Fundo Social de Emergência. Correndo paralela à reforma fiscal, a renovação pretendida pelo governo desse subterfúgio contábil e orçamentário estender-se-ia por quatro anos. Ora, como restarão ao governo Fernando Henrique Cardoso mais três anos, e até agora não ficou claro por que o presidente deseja contemplar seu sucessor com as facilidades do fundo de emergência, a maioria dos parlamentares quer cortar e recortar a cabala, reduzindo a vigência do FSE a um ano. Entre quatro e um, surge a proposta conciliadora do PFL, que julga melhor acomodar os ânimos em torno dos dois anos. Um, dois e quatro não passam de números mágicos — jamais foram acompanhados de uma explicação racional e razoável sobre sua gênese e necessidade. O único que se sabe é que seria muito difícil para o governo administrar sem o FSE, já que a proposta de reforma fiscal que encaminhou ao Congresso é tímida e deixa as coisas, em sua substância, como estão, apenas produzindo, em dois anos, melhorias de eficiência.

Juntos, esses fatos têm inegável efeito negativo sobre o ânimo dos

congressistas. Até mesmo os mais entusiasmados adeptos das reformas esmorecem diante da falta de seqüências das ações do governo. Para muitos, é intolerável o *non sequitur* após a rapidez e a confiança cega exigidas pelo Planalto

durante a tramitação das emendas já promulgadas. E a reação já se torna evidente.

O governo julgava a reforma administrativa a mais fácil delas, dado o alívio que a alteração das relações de

trabalho do funcionalismo trará às finanças dos Estados, muitos dos quais arrecadam apenas para pagar a seus servidores. Que nada! A cada dia que passa o governo descobre novos e maiores nódulos de resistência à reforma administrativa. No Palácio do Planalto há queixas de que os governadores que dizem ser vital a reforma não fazem qualquer trabalho de persuasão junto aos deputados de seus Estados. Pode ser, como deixou insinuado o governador Mário Covas, que eles, como ele, não controlam essas bancadas. O fato é que o governo está diante da necessidade de convencer as próprias bancadas da necessidade de aprovar a reforma administrativa. O esforço concentrado já começou, mas ninguém pode garantir que esse acontecimento imprevisto não vá atrasar o cronograma que o governo se impôs.

De fato, outubro nem chegou ao meio e já se fala em convocação extraordinária do Congresso para que a Câmara possa votar as reformas fiscal e previdenciária até o fim do ano e o Senado completar a obra até março. Convocações extraordinárias sempre trazem embutido o apelo do contracheque engordado, mas no caso podem prejudicar os planos e cronogramas de muitos parlamentares que terão diante de si um árduo ano eleitoral, no qual será jogado o destino de suas bases municipais de apoio.

De um lado, portanto, as eleições; de outro, a incongruência de um governo que se apressa a aprovar emendas, mas tarda em regulamentá-las e colocá-las em funcionamento prático. O resultado pode ser um Congresso que não mais atenda o Executivo a tempo e a hora e se torne mais crítico das propostas que receber.